

Guantánamo: 11 anos em números

11 – Número de anos decorridos desde a primeira transferência de detidos para a Baía de Guantánamo, Cuba.

166 – Número de detidos em 8 de janeiro de 2013. Quase metade deles são cidadãos iemenitas.

779 – Número de detidos, segundo as autoridades, que estiveram detidos em Guantánamo, a grande maioria sem terem sido acusados nem levados perante um tribunal.

600 – Número aproximado de detidos transferidos para outros países desde 2002.

9 – Número de mortes sobre custódia norte-americana em Guantánamo, a mais recente em Setembro de 2012. Segundo as autoridades, **sete** dos detidos suicidaram-se e os **dois** restantes faleceram devido a causas naturais.

12 – Número de detidos com menos de 18 anos quando foram levados para Guantánamo.

1 – Número de detidos transferidos para o território continental dos EUA para serem julgados pelo tribunal federal norte-americano.

7 – Número de detidos condenados por comissões militares, **cinco** em resultado de pré-acordos onde se declararam culpados, **quatro** dos quais foram repatriados.

6 – Número de detidos que enfrentam a pena de morte após julgamentos injustos levados a cabo por uma comissão militar.

Em 2010 o Grupo de Trabalho sobre Guantánamo, da responsabilidade da administração Obama, revelou que dos **240** detidos no momento, **36** estavam sob investigação com vista a serem acusados, enquanto outros **48** não podiam nem ser julgados nem libertados, devendo permanecer em detenção indefinidamente. O relatório do grupo de Trabalho revelou que **126** detidos estavam em condições para serem transferidos (**44** dos quais já tinham sido transferidos para outros países aquando da publicação do relatório). Em setembro de 2012, as autoridades norte-americanas tornaram pública uma lista de **55** detidos autorizados a serem transferidos, no entanto essa lista não incluía aqueles cuja transferência estava sob sigilo. Em outubro de 2012 um 56º detido foi autorizado a ser transferido após decisão do Tribunal Federal dos EUA.

Outros factos

Em 16 de outubro de 2012, a condenação por uma comissão militar de um dos dois detidos que não tinha feito acordo pré-julgamento, foi anulada pelo Tribunal de apelos dos EUA que considerou que a acusação de “apoio material ao terrorismo” que recaía sobre si em 2006 não era ainda um crime de guerra segundo a lei norte-americana.

Independentemente da categorização do governo norte-americano, ao abrigo do direito internacional e das normas internacionais de direitos humanos, todos os detidos em Guantánamo devem ser imediatamente transferidos para países (incluindo, hipoteticamente, os EUA) onde os seus direitos humanos serão respeitados, a não ser que sejam acusados de crimes internacionalmente reconhecidos e julgados de forma justa por um tribunal civil ordinário. A Amnistia Internacional opõe-se a qualquer recurso à pena de morte.